

# Arquivos Públicos Ibero-Americanos no contexto de Cidades Inteligentes

Taynara Almeida de Oliveira  
Rosângela Formentini Caldas

**Como citar:** OLIVEIRA, T. A.; CALDAS, R. F. Arquivos Públicos Ibero-Americanos no contexto de Cidades Inteligentes. *In:* CALDAS, R. F. (org.) **Cidades inteligentes e Ciência da Informação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 205-247.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-146-1.p205-247>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

**Arquivos Públicos Ibero-Americanos  
no contexto de Cidades Inteligentes**

*Taynara Almeida de Oliveira  
Rosângela Formentini Caldas*

**1 INTRODUÇÃO**

Os arquivos públicos são centros responsáveis pela custódia e disseminação de documentos provenientes das atividades administrativas do Estado, tendo como objetivo oferecer informações que sirvam como prova e testemunho histórico das atividades desenvolvidas. São núcleos com potencial estratégico que podem subsidiar a construção de conhecimentos e a positiva gestão de órgãos públicos e de seus serviços.

Essas instituições possuem informação ligada à memória, cultura e administração das cidades, representando fontes de pesquisa que podem auxiliar em projetos relacionados ao desenvolvimento eficiente dos centros urbanos, subsidiando direta e efetivamente as tomadas de decisões governamentais e as discussões referentes a projetos de inovação praticados por clusters, grupos de pesquisa e outros protagonistas sociais.

Neste sentido, o relatório da Organização Mundial das Nações Unidas (UN HABITAT, 2016) afirma que os centros urbanos do século XXI são polos sociais, culturais e econômicos que possibilitam a inovação de produtos e serviços em escala internacional. Os investimentos em infraestrutura e tecnologia proporcionam a disseminação de informação, que contribui com a administração dessas localidades. As unidades arquivísticas públicas colaboram com a difusão do conhecimento necessário para a consolidação deste cenário.

Uma administração pública eficiente proporciona

produtos e serviços de qualidade para seus habitantes, fazendo bom uso dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis, objetivando o bem comum do corpo social e a prosperidade administrativa.

A gestão no âmbito público das cidades é responsável por avanços na saúde, economia, transporte, educação e política. Na contemporaneidade, o Estado desenvolve políticas públicas e planos estratégicos de ação governamental em consonância com a sociedade, buscando verificar as requisições da população em relação aos serviços públicos, traçando uma administração que se dá de forma bilateral, com o uso da estratégia *bottom-up*, ou seja, trazendo ideias da comunidade para as discussões governamentais. Os planos estratégicos de ação, dentre outros aspectos, precisam atentar-se a quesitos ligados ao planejamento estrutural das cidades, facilitando o amplo e eficiente acesso a serviços populares de qualidade.

Para atender as novas concepções de governança participativa e estrutura projetada, o conceito de *smart cities* ou cidades inteligentes destaca-se por idealizar o desenvolvimento econômico, social e cultural baseado em aspectos ligados à informação, dados e conhecimento e o investimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é uma estratégia utilizada pelo poder público para a disseminação de informações e transparência política.

Ademais, as regiões inteligentes prezam para que a população, entidades, empresas, associações e pesquisadores sejam politicamente participativos e fomentem as discussões acerca de medidas para a progressão urbana, por meio de pesquisas científicas e debates sociais.

É de grande valia para as pesquisas e discussões acerca do planejamento das urbes pensar em mecanismos para consulta de documentos e informações referentes à estrutura urbana, administração pública e histórico político/social, que auxiliariam no entendimento das questões alusivas as cidades e suas necessidades. Um dos recursos para o entendimento

desta conjuntura são os arquivos públicos permanentes pois, para Bellotto (2004), além de zelarem pelo patrimônio documental, proporcionam os usos científico, social e cultural dos documentos.

Regiões inteligentes devem possuir centros de referência em informação, uma vez que estes poderiam proporcionar diretrizes e embasamento para a criação de pesquisas e estudos sobre questões ligadas a cidade e administração urbana, auxiliando no alcance eficiente e eficaz de melhores condições de subsistência e prosperidade humana e social.

Sendo assim, o estudo procurou entender como os arquivos poderiam ser considerados centros de referência em informação, proporcionando a melhoria dos serviços das localidades inteligentes nas quais estivessem inseridos, corroborando com o desenvolvimento de estratégias de gestão e planejamento local. É uma ferramenta informacional, explorar a relação dos arquivos públicos com as cidades inteligentes pois tal contexto, poderia auxiliar e promover a gestão pública, exaltando a importância em aspectos estruturais de política, do âmbito social e de embasamentos econômicos e culturais, para além de possibilitar o entendimento do arquivo como uma entidade ativa e funcional, trazendo novas abordagens em relação as suas atividades.

A pesquisa pretendeu ainda contribuir com estudos brasileiros na área de Ciência da Informação (CI) e Arquivologia no tema cidades inteligentes e para tanto, o objetivo procurou identificar e dar subsídio as ações dos arquivos públicos em cidades inteligentes ibero-americanas. Como objetivos específicos, almejou-se: Levantar as cidades ditas inteligentes no contexto iberoamericano; averiguar as características das *smart cities*; verificar as possíveis atuações dos arquivos públicos na gestão pública; e identificar as ações realizadas pelos arquivos públicos no âmbito dos elementos conceituais das cidades inteligentes.

A abordagem do estudo foi qualitativa, do tipo descritiva

e exploratória. Os métodos utilizados foram a pesquisa documental, o estudo de campo e a análise de conteúdo.

Os instrumentos de coleta de dados foram a planilha de observação dos websites, o questionário e a entrevista, que fundamentaram-se nos cinco conceitos relacionados por Caldas (2009, p. 122): Recursos Humanos, Mercado/Usuários, Produtos/Serviços, Gestão Local/Pública e Tecnologia; e nas subcategorias referentes a cada classe, identificadas por meio da análise de conteúdo.

O universo de pesquisa foi composto por treze arquivos localizados em cidades inteligentes da ibero-américa e pertencentes ao Programa IberArquivos, responsável por fomentar o acesso, organização, descrição, conservação e difusão do patrimônio documental da região (ESPAÑA, 2017b). O cenário ibero-americano foi selecionado por possuir como línguas predominantes o português/espanhol e conter semelhanças culturais e sociais com a realidade brasileira. Foi possível o estabelecimento de uma análise proporcional e compatível entre as instituições arquivísticas, uma vez que pretendeu-se verificar as possíveis relações entre o arquivo e as cidades inteligentes. As instituições participantes da coleta de dados estão sediadas nos seguintes países que possuem cidades inteligentes: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai.

Com a pesquisa, foi possível identificar que os arquivos públicos devem atuar como espaços inovadores, unidades referenciais de informação em projetos e práticas ligados à melhoria das cidades e regiões inteligentes.

## **2 CIDADES INTELIGENTES**

O surgimento do termo cidades inteligentes e suas características perpassam o surgimento das TIC e sua influência na gestão e compartilhamento de dados nos centros urbanos. Essa era a questão fundamental que envolvia as cidades digitais

(LEMOS, 2013), regiões que tinham as tecnologias como foco para o seu desenvolvimento. Em um segundo momento, o termo passa a abordar a tecnologia como ferramenta para o planejamento e desenvolvimento de cidades, envolvendo também e de uma maneira protagonista, a comunidade e seus atores sociais. Tornou-se necessário o investimento e preocupação com a disseminação de dados e informações de maneira eficiente e eficaz, a fim de auxiliar na criação de pesquisas e projetos de inovação para essas localidades.

## **2.1 Surgimento e historicidade Social**

A atual conjuntura das cidades inteligentes (KOMNINOS, 2002) apresenta uma convergência entre tecnologia, políticas públicas e participação ativa da comunidade em projetos de em prol dessas regiões, destacando o papel da informação a serviço do capital humano.

A expansão tecnológica e inovadora dos territórios fez-se necessária por conta dos impactos trazidos pela globalização, como a aproximação de regiões e a maior concorrência de mercado. Dessa forma, os governos precisavam investir em produtos e serviços, dentre eles os de informação - que pudessem auxiliar na relação com parceiros e/ou opositores.

A globalização mundial acarretou em novas estratégias de desenvolvimento das cidades e regiões, nas quais “[...] elementos como a tecnologia, a inovação e o conhecimento adquirem um papel central no incremento da competitividade”. (FERNANDES, 2007, p. 2).

Para elaborar as estratégias de mercado e produzir os novos produtos e serviços de inovação, é necessário o investimento em capital humano, ou seja, as pessoas e o suas habilidades intelectuais para gerar novos conhecimentos.

Assim, as discussões acerca das cidades inteligentes estão cada vez mais em evidência, visto que a preocupação com o meio ambiente, economia, cultura, desenvolvimento sustentável e compartilhamento de informações são questões

importantes para o progresso de centros urbanos.

Quando o foco da otimização dos centros urbanos deixa de ser apenas a evolução e o acesso às tecnologias por parte do cidadão e do governo, passando a incluir pautas econômicas, sociais, políticas e culturais em suas discussões sobre planejamento urbano, surge o termo “cidades inteligentes” ou “*smart cities*”.

O termo cidade inteligente tem sido usado no cenário político como sinônimo de modernidade. O foco dos discursos são as infraestruturas tecnológicas, mas diversas iniciativas que abrangem o capital humano, relações sociais e interesses ambientais também são apontadas “[...] como importantes motores do crescimento urbano” (CARAGLIU; DEL BO; NIJKAMP, 2011, p. 66).

Albino, Bernardi e Dangelico (2015) afirmam que o conceito de *smart cities* está longe de limitar-se à aplicação de tecnologias na estruturação e expansão das cidades.

A falta de uma definição universal para o termo leva os pesquisadores das distintas áreas do conhecimento a tentar definir características que possam ser identificadas e mensuradas nessas localidades.

A multiplicidade de variáveis que envolvem uma região inteligente reivindica um novo modelo para a gestão, desenvolvimento e inovação urbano-regional. Esse modelo se dá com base nos conhecimentos locais, por meio da inteligência social e em rede, possibilitando inovações tecnológicas, econômicas e administrativas, o que torna o espaço urbano inteligente (KOMNINOS, 2009).

Com a intenção de propiciar um espaço de inovação urbano-regional, um dos maiores desafios do Estado na administração das cidades é

[...] criar comunidades ricas em informação, interconectadas e capazes de gerar [...] um aprendizado contínuo sobre como podem ampliar as oportunidades aos cidadãos. (STRAPAZZON, 2009, p. 94).

## 2.2 Conjuntura Informacional

A informação e o conhecimento produzidos devem ser disseminados para que tornem-se insumos para novas pesquisas. O ciclo de aprendizado e elaboração de projetos e ideias deve ser contínuo nas cidades inteligentes, pois:

Inteligente aqui é sinônimo de uma cidade na qual tudo é sensível ao ambiente e produz, consome e distribui um grande número de informações em tempo real [...]. A cidade passa a ser um organismo informacional que reage e atualiza todos sobre suas condições [...] (LEMOS, 2013, p. 48).

Logo, as cidades inteligentes devem ser traduzidas em dois patamares: refletindo um território com base no conhecimento e cooperação social e institucional; e promovendo uma infraestrutura de comunicação avançada, fornecendo capacidade de inovação e gestão dos territórios inteligentes (FERNANDES, 2007).

Para Strapazzon (2009, p. 93) “As *smart cities* são, antes, a etapa mais avançada do relacionamento entre convergência tecnológica, gestão de cidades, qualidade de vida e competitividade econômica”.

Uma cidade mais inteligente infunde informações em sua infraestrutura física para melhorar as conveniências, facilitar a mobilidade, adicionar eficiências, conservar a energia, melhorar a qualidade do ar e da água, identificar problemas e corrigi-los rapidamente, recuperar-se de desastres, coletar dados para tomar melhores decisões e implantar recursos de forma eficaz [...]. (KANTER; LITOW, 2009, p. 2, tradução nossa).

Os dados utilizados no dia-a-dia das cidades inteligentes devem ser gerenciados de forma a facilitar sua recuperação e acesso. Este trabalho deve ser realizado por profissionais especializados em tratar sistematicamente a informação e disseminá-la. O processo garantirá credibilidade e confiança por parte dos usuários.

Entende-se que a possibilidade de medir, captar e monitorar dados acerca do funcionamento cotidiano dos centros urbanos requer a incorporação da gestão inteligente e integrada dessas informações, proporcionando facilidade na comunicação e interação entre sistemas, pessoas e objetos. “[...] As cidades inteligentes [...] expressam a necessidade de uma reformulação radical das cidades na era da economia global e da sociedade baseada no conhecimento” (SOUZA, 2012, p. 172).

Essa sociedade destaca-se pela importância que dá às informações e ao conhecimento, entendendo o seu valor estratégico e intelectual. Além disso, os indivíduos têm consciência das mudanças que a informação pode gerar em suas vidas e da importância do acesso a elas. O Estado também obriga-se a ser mais explícito em seus negócios, pois sabe que a população está atenta e cobrará sua transparência.

Uma das novas formas de organização e cidadania que podem ser verificadas nas cidades inteligentes são os centros tecnológicos que, para Duarte (2005) são características da sociedade da informação e as cidades articulam atores públicos e privados para as pesquisas de inovação. Sendo assim, “[...] os polos de inovação, espontâneos ou induzidos, consolidam-se em áreas urbanas ‘ricamente informadas’ – com infraestrutura tecnológica, social, econômica, cultural e científica” (DUARTE, 2005, p. 130).

Nestes locais, a democratização e compartilhamento de informações “[...] favorece a formação de comunidades participativas, além de serviços de governo inteligente mais ágeis, transparentes e eficientes” (SOUZA, 2012, p. 173). Na perspectiva de compartilhamento de informações, deve-se levar em consideração os meios de propagação atuais, que envolvem ambientes físicos e digitais.

O conceito de cidades inteligentes ultrapassa o aspecto puramente tecnológico ao contemplar o envolvimento de pessoas a instituições interessadas em seus projetos que

“[...] possam fornecer contributo para o desenvolvimento de uma abordagem mais acessível, informativa, interativa e participativa no ambiente urbano” (MECHANT *et al.*, 2012, p. 86, tradução nossa).

Em 1976, nos Estados Unidos, foi criado o Escritório da Casa Branca de Política de Ciência e Tecnologia (OSTP), com o desígnio de aconselhar o Presidente e sua equipe em assuntos relacionados a ciência, engenharia, tecnologia, segurança, saúde, relações exteriores e meio ambiente, a fim de fornecer dados tocantes as principais políticas, planos e programas do Governo Federal nas questões relacionadas a ciência, tecnologia e gestão pública (WHITE HOUSE, 2018).

Por outro lado, na China, a estratégia adotada pelo governo para atrair capital estrangeiro foi investir nas indústrias com a meta de conseguir acesso às tecnologias externas. O Ministério da Ciência e Tecnologia criou políticas nacionais de inovação, “[...] para conceber e implantar zonas econômicas especiais e parques tecnológicos de modo a aproximar os empreendedores das universidades para desenvolvimento de novas tecnologias” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017, p. 4079).

Outro projeto de *smart cities* instaurado na China é o *Smart Tuanjie Lake*, em um subdistrito de Pequim com aproximadamente 50.000 habitantes. Utilizando plataformas digitais, os moradores podem reportar problemas sobre a cidade, como buracos nas estradas e luzes quebradas. Como essas informações, o trabalho dos agentes que efetuarão os relatórios e reparos da situação é muito mais rápido e ágil (CHAN; ANDERSON, 2015).

Tais iniciativas envolvem investimento financeiro e tecnológico que, muitas vezes, não são possíveis para países em desenvolvimento. Porém, as estratégias de ação, como buscar cooperações estrangeiras para obtenção de recursos e firmar parcerias com instituições nacionais de ensino e pesquisa auxiliam na obtenção de dinheiro e/ou na economia de custos.

No Brasil, os projetos que envolvem parcerias entre instituições do setor público e privado já estão em andamento. A Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas é uma entidade sem fins lucrativos, que reúne funcionários das prefeituras municipais, professores de institutos de ensino público e empresários do setor de tecnologia e inovação a fim de conceber uma rede de informações acerca de regiões inteligentes, estimulando sua implantação, pesquisa e negócio. Para isso, foi criado o documento: “Brasil 2030: cidades inteligentes e humanas”. Além de proporcionar diretrizes para o funcionamento e fiscalização de cidades inteligentes, o projeto idealiza a criação de um Selo de Cidades Inteligentes e Humanas que, “[...] com cores diferentes, certificará o nível em que a cidade se encontra ano a ano, com indicadores a serem elaborados pelas instituições participantes do projeto” (REDE BRASILEIRA DE CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS, ANO, p. 2).

### **3 ARQUIVO PÚBLICO**

Esta seção apresentará a função dos arquivos públicos na sociedade, permeando a história de sua criação e a mudança de objetivos de acordo com a época e sociedade em que estão situados. Essas instituições progrediram de apenas “depósito” de documentos para Centros Referenciais de Informação, responsáveis pela custódia e disseminação de documentos e informações úteis para o desenvolvimento de uma administração pública justa e transparente; formação de cidadãos bem informados e com direitos garantidos e; pelo fomento à pesquisa da história e cultura locais.

#### **3.1 Funções das Instituições Arquivísticas Públicas**

Os Arquivos Públicos são instituições substanciais da Administração Pública. Responsáveis pela tutela e disseminação de documentos e informações, colaboram para a garantia da integridade de direitos aos cidadãos e continuidade da

democracia nos territórios.

Segundo Schellenberg (2004), os arquivos tiveram origem na antiga civilização grega, por volta dos séculos IV e V a. C, com o intuito de conservar documentos oficiais. Posteriormente, na época da Revolução Francesa, países como França, Inglaterra e Estados Unidos criaram arquivos para auxiliar a eficiência governamental, garantindo o tratamento adequado da documentação proveniente da administração pública. Segundo Jardim (1995, p. 46):

As atividades administrativas apresentam dois atributos: são dependentes e subordinadas as outras (e controladas por essas), as quais determinam os especificam os fins a atingir; são executivas no sentido de que atacam uma escolha ou norma anterior à qual dão continuidade para a consecução final dos interesses e objetivos já fixados. Assim, a administração pública tem sido identificada como uma função condicionada a um objetivo e uma organização, isto é, atividade voltada para assegurar a distribuição e a coordenação do trabalho dentro de um escopo coletivo.

A informação pública possui objetivos que vão de encontro ao funcionamento da administração do Estado, provenientes de uma atividade que determina qual será a sua finalidade. Ao longo da trajetória dos arquivos, pôde-se observar que suas atribuições foram alteradas de acordo com as necessidades da época e do contexto histórico em que atuavam. Assim, percebe-se que o conceito de arquivo sofre alterações em paralelo a mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais das comunidades.

A atuação e atribuição dos arquivos, deve variar de acordo com as mudanças culturais de seu ambiente, portanto, a descrição de suas aplicabilidades também acompanha esse percurso histórico-social. Herrera (1991) destaca ainda, funções na preservação de documentos que servem como prova ou testemunho de atividades já ocorridas - acumulados

ao longo da existência de uma instituição ou indivíduo.

Arquivo é um ou mais conjuntos de documentos, seja qual for sua data, forma ou suporte material, acumulados em um processo natural por uma pessoa ou instituição pública ou privada no transcurso de sua gestão, conservados, respeitando a ordem original, para servir como testemunho e informação para a pessoa ou instituição que os produzem, para os cidadãos ou para servir de fonte histórica. (HERRERA, 1991, p. 89, tradução nossa).

A questão da “acumulação” estava muito ligada com os suportes que os arquivos custodiavam. A preocupação maior era a preservação dos documentos em si. A informação e o conhecimento que poderiam ser produzidos eram preocupações secundárias. As mudanças relacionadas com o cuidado em zelar pela informação arquivística e, principalmente sua disseminação, tiveram mais força com a expansão do conceito de pós-custodialidade:

O paradigma pós-custodial, emergente no final do século XX, possui uma perspectiva que coloca a Arquivística no campo da Ciência da Informação, pois entende que o objeto científico da mesma não pode mais ser o documento de arquivo, mas sim a informação. Por esse motivo, esse paradigma contrapõe-se ao paradigma custodial voltado para valorização do documento de arquivo de valor permanente. (SOARES; PINTO; DA SILVA, 2015, p. 22).

Com essa nova perspectiva informacional, algumas definições de arquivo atrelaram as finalidades de prova e testemunha à função de fonte de informações para pesquisa de administradores, cidadãos e historiadores. Neste sentido, a concepção de “sistemas integrados de arquivos”, com o intuito de aproximar as instituições e seus acervos, proporcionando maior eficiência na gestão e disseminação de informações é uma consequência da preocupação cada vez mais constante com o acesso, visto que para Jardim (1995, p. 30) os elementos constitutivos destes agrupamentos são:

Legislação normalizadora de aspectos interiores e exteriores ao sistema, dos direitos e obrigações de usuários e do patrimônio documental; os arquivos; os documentos, conforme o ciclo vital; a informação em seu circuito interno (no âmbito da organização produtora) e externo (outros arquivos e centros de informação).

O circuito externo de informação é uma das novas características dos arquivos modernos e da pós-custodialidade, visto que o foco na informação como produtora de conhecimento começa a ser revelado. Reis (2006) salienta que na contemporaneidade, os arquivos adquirem a função de centros de memória do passado de uma nação e objetos de investigação histórica.

Os documentos oficiais definem as relações do governo para com os governados. São a derradeira prova de todos os direitos e privilégios civis permanentes e a prova imediata de toda propriedade temporal e direitos de ordem financeira que originam ou ligam às relações do cidadão para com o governo. (SCHELLENBERG, 2004, p. 32).

Como prova de direitos e privilégios dos atores sociais, os documentos arquivísticos são Bens Públicos, Patrimônio da Comunidade. Barbosa e Silva (2012, p. 62) afirmam que ocorreu uma mudança nas políticas culturais e nas noções de cultura e patrimônio. As funções do governo também sofreram alterações e por isso, o cargo dos arquivos no século XXI não é mais servir à administração pública, mas ao cidadão e a sociedade, “[...] devendo auxiliar a administração, auxiliar o Estado a garantir os direitos de cidadania. Proteger a memória pública é dever do Estado; conhecê-la, um direito do cidadão”.

As funções dos arquivos públicos não se esgotam na preservação do direito ao passado, mas vão além, preservando o direito ao presente, quando o indivíduo encontra documentos ou informações que resolvam problemas cotidianos e ainda o direito a um cenário futuro mais promissor. Nesta relação é que um espaço público é legitimado, passando a ter um

significado. O papel primordial que compete aos arquivos hoje e que justifica a sua existência ao lado da sociedade é agregar uma função social às ações que desenvolvem, às informações que produzem e transferem e à memória coletiva que preservam (MARINHO JUNIOR; SILVA, 1998, p. 26).

Os documentos de arquivo são preservados em consequência de demandas sociais e políticas, pois a criação e trâmite desses registros são necessários para o funcionamento adequado de instituições públicas e a sua custódia pelos arquivos é uma consequência desse processo. As informações ali descritas são provas das ações do governo e testemunham as relações deste com a sociedade, por isso a importância de serem preservados e geridos (MACHADO; CAMARGO, 2000).

Neste sentido, os arquivos que possuem políticas concretas para acolher as demandas informacionais da comunidade são estratégicos, pois “[...] reúnem registros para a defesa de direitos de quem produz o documento, no cumprimento da missão de agente estatal e servem de fontes de informações para os cidadãos” (SILVA, 2013, p. 45).

As demandas informacionais da comunidade devem ser atendidas por meio do desempenho das funções sociais do arquivo público, que podem ser exercidas de três maneiras:

[...] a) garantir o pleno acesso aos documentos e, por extensão, às informações neles contidas, seja para fins de pesquisa acadêmica, seja para fins de comprovação de direitos; b) exercer, em nome da comunidade e da administração, a guarda e respectiva proteção da memória coletiva daquela população; e c) elaborar tantos instrumentos de pesquisa quantos forem necessários para, por um lado, garantir uma maior vida Útil dos documentos [...] e, por outro, facilitar a pesquisa por parte dos usuários [...]. (MARINHO JUNIOR; SILVA, 1998, p. 23).

Além das funções sociais relacionadas ao acesso, proteção e preservação da informação, o trabalho realizado pelos arquivos também pode colaborar com outras esferas

da sociedade, no tocante a economia, educação, cultura, política e gestão. Marinho Junior e Silva (1998) destacam que a informação arquivística serve como:

[...] insumo à produção de bens materiais, simbólicos e de novos conhecimentos; como instrumento de apoio à decisão; como suporte para a defesa de interesses; como material informacional para o ensino e a aprendizagem; enfim, como fator de possibilidade de emancipação da cidadania. (MARINHO JUNIOR; SILVA, 1998, p. 23).

Entendendo a contribuição teórica que os arquivos podem trazer para a otimização dos processos e provisões sociais, Schellenberg (2004) afirma que a razão para a criação dessas organizações, além da função administrativa, também teve um cunho social, pois os documentos arquivísticos constituem fontes de formação cultural, assim como livros, peças de museus, obras de arte, entre outros.

Os arquivos públicos possuem uma atividade social, com projeções perante sua comunidade, “[...] trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro” (BELLOTTO, 2004, p. 227).

### **3.2 Arquivos Públicos como Centros de Referência em Informação**

Os estabelecimentos responsáveis pela guarda e promoção de dados tem tido mais espaço e visibilidade na sociedade devido ao crescimento da demanda por serviços de informação. O arquivo público pode ser percebido como um dos “[...] potenciais espaços inovadores e agentes de desenvolvimento e conhecimento” (FERNANDES, 2007, p. 2) que contribuem para a progressão das regiões inteligentes, devido a sua capacidade estratégica e informativa.

A informação produzida por órgãos públicos, privados ou pessoas físicas pode possuir diversas aplicações e segundo Rosseau e Couture (1998) ela tem potencial estratégico nas

decisões e ações de um organismo e/ou poder de prova e testemunho histórico, propiciando evidenciar decisões e ações passadas.

Os arquivos são [...] um instrumento de trabalho e de riqueza. [...] E não se pode tê-la em matéria de boa administração, se não for apoiado num perfeito conhecimento dos processos anteriores que permita aos intermediários com certa mobilidade adquirir o que constrói a força do Estado, a perenidade e a força de uma democracia, a igualdade de todos perante as leis e os regulamentos. (VALETTE, 1973, p. 12).

O conhecimento dos processos anteriores se dá nos arquivos públicos, que são uma fonte de informação primária, local em que os indivíduos e a administração pública podem obter dados integrais acerca dos processos e atividades de gestão da comunidade, o que permite a interpretação desses dados com o mínimo de interferência possível, garantindo sua confiabilidade e precisão.

Esse contexto, portanto, faz com que o arquivo não se reduza à mera instituição de guarda de memória, mas extrapole tal função. Ele representa um forte meio necessário para a definição social e cultural, assumindo, assim, uma postura de mediação na conquista de direitos, no que tange à aquisição de informações e à criação de novos conhecimentos. (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 60).

Na sociedade do conhecimento, o arquivo deve atuar em conformidade com as tendências tecnológicas e científicas, pois os indivíduos ocupam vários espaços sociais ao mesmo tempo e os centros de informação precisam acompanhar essa tendência para potencializar sua transmissão. Assim, em consonância com as TIC, o arquivo deve reorganizar seus processos, produtos e serviços, ocasionando no suprimento da necessidade informacional do cidadão (BARROS; AMÉLIA, 2009).

De acordo com Caldas (2011, p. 65) o arquivo é uma das unidades que

[...] são agentes diretos das áreas econômica e social, visto que, enquanto centralizam informações para o benefício da sua comunidade, conseguem disseminar [...] as suas obras por meio de sistemas de informação [...].

Para Barros e Amélia (2009) essas organizações são indispensáveis para o empreendimento de pesquisas.

O arquivo, nessa compreensão, adquire uma nova postura, não apenas de guardião da memória, mas, sobretudo, como um espaço de referência da produção do conhecimento, que incita a efervescência da informação de maneira dinâmica e atualizada. (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 57).

Com a finalidade de auxiliar na disseminação, recuperação e preservação dessas informações o arquivo necessita cada vez mais fazer uso das TIC como auxílio para a sua visibilidade perante a sociedade, que, segundo Barbosa e Silva (2012, p. 46) é fundamental para demonstrar a importância do acervo informacional, sendo necessário “[...] dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor”.

Vê-se que numa sociedade de mudanças, na qual o homem volta ao centro de seu trabalho, o conhecimento deixa de ser visto como mera aquisição de informação e a ser entendido na dimensão da construção, o que incorre na apropriação da informação pela experiência do sujeito; mesmo considerado fator mercadológico, o conhecimento é reconhecido não só na esfera econômica, mas na da construção e valorização do sujeito como pessoa que se forma e se desenvolve na e pela cultura (BARRETO, 2005, p. 176).

É necessária uma mudança na “[...] ênfase na gestão da informação [que] desloca-se do acervo para o acesso, do estoque para o fluxo da informação, dos sistemas para as redes [...]” (JARDIM, 1998, n. p.). Para atender a essa nova abordagem, o arquivista, profissional da informação, deve:

[...] encarar as demandas e direitos de uma sociedade cada vez mais ávida por informação como deveres do seu ofício, compreendendo esse momento de fazeres, deveres e direitos de informação como transcurso natural de amadurecimento e fortalecimento da democracia. (GUEDES, 2014, p. 71).

O fortalecimento da democracia por meio do acesso à informação também demanda que os “espaços de informação” sejam repensados. Os arquivos tradicionais são reestruturados de acordo com as novas demandas sociais e aparatos tecnológicos e precisam espelhar essa atuação também no contexto digital, transformando-se em Centros Referenciais de Informação:

[...] conjugando exemplares de papel, dados antigos digitalizados e dados online, numa situação na qual é estabelecido um diálogo, favorecido pelas TICs, entre passado e presente, necessitando ser consideradas a conservação, tanto do suporte como da memória, e as diferentes formas de recepção, aprendizagem e construção do conhecimento. (BATISTA, 2010, p. 97).

Como consequência da preocupação com a inovação dos espaços físicos e digitais dos arquivos e de sua competência estratégica, essas instituições tornam-se equipamentos que promovem o acesso à informação e são, assim como as bibliotecas, “[...] um espaço propício para discussões, debates e reflexões [...] principalmente em relação às concernentes ao planejamento e desenvolvimento das cidades” (PALETTA; VASCONCELOS; GONÇALVES, 2015, p. 2).

#### **4 COMUNIDADE IBERO-AMERICANA**

Com o término das ditaduras portuguesa e espanhola e o arrefecimento da Guerra Fria, a democratização proporcionou condições para que, segundo Gomes:

[...] Espanha e Portugal e as suas ex-colónias [aproveitassem] as potencialidades políticas,

sociais e económicas deste espaço histórico, cultural e linguístico coerente, que partilha valores constitutivos do Estado de Direito e certas tradições jurídicas. (GOMES, 2011, n. p.).

Com esse objetivo, a iniciativa da Comunidade Iberoamericana (ColBA) foi projetada nos anos 70 para promover a democracia no espaço em que se define (GOMES, 2011). A partir dessa iniciativa e de algumas reuniões nos anos seguintes, “[...] convocou-se a **Primeira Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo**, que teve lugar em Guadalajara, no México, em 1991”, com o intuito de criar um ambiente para reunir os países da ibero américa em um diálogo multifacetado (SEGIB, [2014], p. 5, grifo do autor).

Além da Cúpula, foram criados órgãos ibero-americanos de cooperação, a saber: Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), Organização Ibero-americana de Segurança Social (OISS), Organização ibero-americana de Juventude (OIJ) e Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB). Em 2004, origina-se a Secretaria- Geral Iberoamericana (SEGIB) como organismo permanente da Conferência ibero-americana. Dessa forma, esses órgãos constituem o Sistema Ibero-americano.<sup>1</sup>

A Comunidade Ibero-Americana de Nações é um espaço de cultura e de cooperação, formado por um tecido rico de ação efetiva no qual participam ativamente os Governos e a sociedade civil. Com duas línguas veiculares, o espanhol e o português, constitui um dos espaços do mundo com maiores afinidades. Esta afinidade convive com uma grande diversidade, que é a essência do espaço ibero-americano. A partir dessa diversidade, assumimos o desafio de construir uma aliança ao serviço da paz, da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável económico e social (SEGIB, [2014], p. 6).

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.segib.org/pt-br/>. Acesso em: 24 jul. 2018.

A comunidade ibero-americana possui iniciativas que contribuem significativamente com a preservação e disseminação do Patrimônio Cultural e Documental dos países que a integram. A organização entende a importância de informações referentes ao histórico político, social, administrativo e cultural que esse bem público documental possui para o desenvolvimento dos territórios. Alguns dos projetos e programas de cooperação ibero-americana são relacionados as áreas da cultura, coesão social e conhecimento. Uma das preocupações desse setor é com o patrimônio cultural e documental, incluindo-se ações

[...] relacionadas com a formação e a promoção de arquivos documentais, sonoros e audiovisuais, assim como os programas de consolidação de bibliotecas e museus nos países ibero-americanos. (SEGIB, [2014], p. 61).

Destacam-se projetos desenvolvidos na ibero américa - entre os anos de 2011-2014 – no que diz respeito ao patrimônio cultural e documental da região. Entre as atividades realizadas, destaca-se o programa IBERARQUIVOS, criado em 1998, com o objetivo de fomentar o acesso, organização, descrição, conservação e difusão do patrimônio documental da região, fortalecendo a capacidade dos profissionais e a promoção dos arquivos de qualquer natureza, como Arquivos Gerais da Nação, Arquivos Municipais, Arquivos de instituições de Direitos Humanos ou de Povos Indígenas (ESPAÑA, 2017).

A contribuição efetiva com o Espaço Cultural Ibero-americano ocorre por meio da concessão de ajuda em projetos arquivísticos de convocatórias anuais. Mediante um fundo financeiro, desde 1999 até 2018, foram apoiados 1.275 projetos em países ibero-americanos, com um investimento total de 5.166.035 euros e 1.671.854 dólares. Os países que fazem parte dessa iniciativa atualmente são 16: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, Filipinas, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, República

## Dominicana e Uruguai.<sup>2</sup>

Como exemplo, o projeto IberArquivos, estimula o acesso dos cidadãos aos arquivos de sua região e a cultura, além de intensificar a transparência administrativa e o exercício dos direitos fundamentais, como base indispensável para o desenvolvimento. Os projetos são concebidos de maneira nacional e supranacional, preservando a memória e as tradições ibero-americanas. Além deste projeto, um Plano Ibero-americano para Reconhecer, Proteger e Salvar o Patrimônio Cultural foi criado em 2016 com o intuito de:

[...] Posicionar a cultura como eixo transversal ao desenvolvimento [...] Desenvolver e difundir o Código Ibero-Americano de Patrimônio Cultural, e promover o desenvolvimento de um plano de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural de cada país, de acordo com a legislação internacional e local. (SEGIB, 2016, p. 21).

O documento abrange três eixos de atuação, com indicadores para medir seu impacto em um período inicial de quatro anos (2017-2020).

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.iberarchivos.org/pt/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

**Figura 1** - Eixos do Plano Ibero-americano de Patrimônio Cultural



**Fonte:** elaborada pelas autoras com base em SEGIB (2016).

Na figura 1, o eixo 1 apresenta questões ligadas a proteção e planejamento do patrimônio cultural, com foco na: cooperação entre os países ibero-americanos para a formação de regulamentos e legislações ligados a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural, respeitando os instrumentos normativos internacionais; definição de critérios para a elaboração de registros, catálogos e inventários nacionais que dialoguem com os outros países ibero-americanos, contando com o auxílio de agentes como “[...] universidades e instituições públicas e privadas que trabalham na matéria, bem como gestores locais e comunitários que vivem e usufruem do patrimônio cultural” (SEGIB, 2016, p. 25), capacitando esses colaboradores para um melhor e mais adequado trabalho com estes materiais, focando na difusão e sensibilização da população baseada na:

[...] melhoria do conhecimento social da legislação e nos instrumentos de que esta dispõe para a proteção do patrimônio. O objetivo é reduzir o distanciamento existente entre a sociedade e a tutela do patrimônio, já que muitas vezes este é entendido como propriedade do Estado e não

como propriedade coletiva, da qual todos somos corresponsáveis. (SEGIB, 2016, p. 25).

De acordo com o Plano da SEGIB (2016, p. 26-27), para o patrimônio cultural ser entendido como propriedade coletiva, a sua conservação, salvaguarda e apropriação social (descritas no eixo 2 da figura 1) devem levar em consideração propósitos como: delimitar novas estratégias para a conservação preventiva do patrimônio “[...] adiantando-se ao dano para impedir ou atrasar a destruição do bem”, com planos de emergência e gestão de riscos face a situações de crise; garantir a preservação do patrimônio imaterial por meio de medidas de identificação, documentação, promoção, etc.; sensibilizar sobre a importância da proteção do acervo público com medidas sociais e educativas; promover “[...] a investigação, o desenvolvimento e a inovação aplicada à conservação e salvaguarda do patrimônio cultural”, tornando a sociedade:

[...] parceira e corresponsável dos trabalhos de proteção, conservação e salvaguarda do patrimônio [...] em primeiro lugar informando e comunicando adequadamente, em segundo lugar, desenvolvendo vias de participação e, em terceiro lugar, promovendo o apoio as comunidades que sustentam e mantem o patrimônio. (SEGIB, 2016, p. 27-28).

As vias de participação da comunidade em relação a esse capital podem ser estabelecidas através da difusão do patrimônio cultural na era digital (figura 5, eixo 3), com:

[...] política digital para a cultura, facilitando o acesso democrático ao patrimônio através do uso das novas tecnologias. O fomento das plataformas digitais contribui para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, respeitando os direitos das suas comunidades portadoras, e contribuindo para a sua recriação contínua, e transmissão intergeracional nos contextos apropriados. (SEGIB, 2016, p. 29).

Para tanto, torna-se importante: digitalizar o acervo, impulsionando redes de difusão; preservar o patrimônio

digital, com vistas a migração de conteúdos e mudança de suportes, caso seja necessário; definir normas para o uso da informação digital e digitalizada, protegendo a propriedade intelectual; criar plataformas digitais que potencializem a disseminação da informação e capacitar os profissionais para os desafios da era digital (SEGIB, 2016).

O Programa IberArquivos é uma iniciativa importante da Comunidade Ibero-Americana para a preservação do Patrimônio Documental, demonstrando a preocupação dos países integrantes deste grupo em disseminar informações para a sociedade de modo a auxiliar na perpetuação e valorização de sua cultura e história.

## 5 METODOLOGIA

Os métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa foram a pesquisa documental, o estudo de campo e a análise de conteúdo. A abordagem foi qualitativa, do tipo descritiva e exploratória. Pretendeu-se obter dados descritivos sobre os arquivos nas cidades inteligentes, buscando compreender sua dinâmica e serviços junto ao governo e a população.

O universo de pesquisa foi o contexto ibero-americano compreendendo um arquivo público de cada país que possuía uma cidade inteligente e que participava do programa IberArquivos. O programa IberArquivos foi selecionado por ser uma referência de preservação do Patrimônio Documental da Ibero-América. Segundo a Secretaria Geral Ibero-Americana<sup>3</sup>, vinte e duas nações integram a comunidade ibero-americana e dentre estas, dezesseis possuem cidades inteligentes apontadas no ranking *Cities in Motion* (2018).

*Cities in Motion* é uma plataforma de pesquisa desenvolvida pelo Centro de Globalização e Estratégia e pelo Departamento de Estratégia da *IESE Business School*. O

---

3 Disponível em: <https://www.segib.org/pt-br/cumbres-iberoamericanas/>. Acesso em: 11 out. 2018.

projeto reúne especialistas de diversos lugares do mundo, de instituições públicas e privadas com foco em governos locais. Seu objetivo é promover ideias que levem as cidades a terem iniciativas sustentáveis e inteligentes, além de possuir uma abordagem inovadora para a governança das cidades e um modelo urbano baseado em um ecossistema sustentável, atividades inovadoras, equidade entre os cidadãos e o território conectado (IESE, 2017, 2018).

Dentre os dezesseis países com cidades inteligentes, treze deles são integrantes do programa IberArquivos, assim, o universo de pesquisa é formado pelas seguintes localidades: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai.

De forma complementar, foi consultado o *Censo-Guía de Archivos da Españã e Iberoamérica*, mantido pelo *Ministerio de Educación, Cultura y Deporte* da Espanha e criado pela lei espanhola 16/1985 (ESPAÑA, 2017a). O Real Decreto 1708/2011, estabelece um Sistema Espanhol de Arquivos e regula as normas e o acesso do Sistema de Arquivos da Administração Geral do Estado e de seus Organismos Públicos. O projeto foi ampliado a outros arquivos de países hispanos para contribuir com a difusão e conservação do patrimônio documental.

A pesquisa documental foi realizada nos *websites* institucionais dos arquivos públicos dessas cidades inteligentes e o estudo de campo, permitiu uma maior compreensão da instituição arquivística relatada na coleta efetuada no Arquivo Nacional do Brasil pois, por meio de uma visita à unidade, foi possível observar o ambiente e a atuação deste centro, bem como realizar uma entrevista com seus colaboradores.

Para a categorização dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, definida por Bardin (1977, p. 42) como um método que investiga as comunicações com procedimentos de

[...] descrição do conteúdo das mensagens,

indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo auxiliou na identificação de ações dos arquivos públicos em cidades inteligentes ibero-americanas e na verificação das possíveis atuações dessas unidades na gestão pública de regiões inteligentes.

Destaca-se que, tanto os Arquivos Nacionais quanto as Direções Gerais, estão sediados nas cidades inteligentes mais bem pontuadas de seus respectivos países, de acordo com a classificação do *Cities in Motion*. O único país que foge à regra é o Brasil, pois a cidade do Rio de Janeiro aparece como a segunda mais bem pontuada do país, porém, esta dessemelhança talvez possa ser explicada por uma questão de tradição, porque a localidade foi a capital do país até 1960 e o Arquivo Nacional permaneceu em sua sede original, mesmo após a mudança para Brasília.

Os países mais bem colocados no ranking das cidades inteligentes são europeus, sendo Espanha (25º) e Portugal (52º). Na América Latina, são Argentina (76º) e Chile (86º), porém com uma distância a ser considerada. As demais nações estão entre a 94º e 154º posições.

O Quadro 1 apresenta os vinte e dois países pertencentes a ibero-america, suas posições no ranking *Cities in Motion* e nas cidades as quais encontram-se as instituições arquivísticas. Verificou-se que os países Andorra, El Salvador e Nicarágua pertencem ao contexto ibero-americano, porém não possuem colocações no ranking. Assim, estes países não participaram da coleta de dados.

### Quadro 1 – Arquivos em Países ibero-americanos de Cidades Inteligentes

PAÍS	CIDADE	CITIES IN MOTION	INSTITUIÇÃO DO IBERARQUIVOS
Andorra			
Argentina	Buenos Aires	76°	Archivo General de la Nación
Bolívia	Santa Cruz	145°	
Brasil	Rio de Janeiro	126°	Arquivo Nacional
Chile	Santiago	86°	Archivo Nacional de Chile
Colômbia	Bogotá	117°	Archivo General de la Nación
Costa Rica	San José	102°	Archivo Nacional de Costa Rica
Cuba	Havana		Archivo General de la Nación
El Salvador			
Equador	Quito	140°	Archivo Nacional del Ecuador
Espanha	Madri	25°	Subdirección General de los Archivos Estatales
Guatemala	Cidade de Guatemala	141°	
Honduras			
México	Cidade do México	107°	Archivo General de la Nación
Nicarágua			
Panamá	Cidade do Panamá	94°	Archivo Nacional de Panamá
Paraguai	Asunción		Archivo Nacional de Asunción
Perú	Lima	131°	Archivo General de la Nación
Portugal	Lisboa	52°	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Arquivo Nacional da Torre do Tombo
República Dominicana	Santo Domingo	154°	Archivo General de la Nación
Uruguai	Montevideo	100°	Archivo General de la Nación
Venezuela	Caracas	162°	

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

Vale mencionar, que no caso do Brasil, por ser o país origem da pesquisa, foi realizada uma visita para realização de uma observação participativa e aplicação de entrevista aos gestores entendendo-se que essa fase seria essencial para identificação dos pontos de convergência entre os arquivos públicos e as cidades inteligentes.

## **6 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS**

A análise foi realizada com base no diagnóstico, nas coletas realizadas online pelas páginas oficiais das instituições e na verificação de questionários, entrevistas e visita realizada. As categorias determinadas para a identificação dos dados, se embasaram na proposta de Caldas (2009), a saber: Recursos Humanos, Mercado/Usuários, Produtos/Serviços, Gestão Local/Pública e Tecnologia.

A ibero-américa tem quase setenta e três por cento de seus vinte e dois países apontados no ranking *Cities in Motion* de iniciativas e cidades inteligentes. De acordo com essa constatação, os esforços da Comunidade Ibero-Americana em alcançar regiões em que a sociedade e o Governo participam ativamente de sua gestão, com iniciativas de cooperação e desenvolvimento sustentável, cultural, econômico e social estão alcançando seus objetivos. Os países ibero-americanos mais bem colocados no ranking (Espanha e Portugal) são localizados na Europa e estão consideravelmente a frente dos países latino americanos. Compreende-se que o investimento nos países latinos precisa ser potencializado para que eles possam competir diretamente com os países europeus da ibero-américa.

### **6.1 Recursos Humanos**

Brasil, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Peru e Portugal informam sobre os ofícios de seus colaboradores, classificados de acordo com as funções exercidas, mas sem especificar os campos de atuação e a especialização necessária. No que diz

respeito a capacitação e aperfeiçoamento dos colaboradores, Equador e Panamá não apresentam dados sobre esta temática em suas páginas.

O incentivo à educação existe por meio do oferecimento de especializações e divulgação de cursos de bacharelado e pós graduação. Um caso destaque é o da Colômbia, que salienta a importância do compartilhamento de informações entre a equipe e incentiva esta atitude por meio de uma biblioteca virtual que concentra dados e informações acerca dos treinamentos realizados, para posterior consulta de todos os colaboradores.

Com base nas características e funcionamento das *smart cities*, percebeu-se que *existe* um paralelo entre a iniciativa do arquivo colombiano e uma possível atuação dos arquivos públicos nessas regiões. As discussões realizadas por atores sociais como cidadãos, governo, especialistas e pesquisadores pode ser fomentada por centros de informação físicos e online, como o caso dos Arquivos Públicos. Dentre as 13 instituições estudadas, 11 apresentam atividades voltadas para a capacitação/aperfeiçoamento da equipe, representando um total de 85% dos arquivos e demonstrando um alto índice de preocupação com a formação de pessoal qualificado. Em relação à formação de equipes multidisciplinares, 54% dos arquivos fornecem informações acerca da diversidade de colaboradores atuando para seu funcionamento.

De acordo com os dados, os arquivos estão preocupados com a formação e capacitação de seus colaboradores, os recursos humanos da instituição. De fato, essa realidade demonstra uma abordagem paralela aos princípios de cidades inteligentes, que observam as pessoas como capital intelectual atuante na valorização de instituições e localidades.

## **6.2 Mercado/Usuários**

Observou-se que dentre os 13 websites verificados, existia alguma forma de interlocução disponível para o usuário. O

Arquivo do Chile utiliza as redes sociais, o website institucional e Sistemas Públicos de atenção aos usuários como canais de comunicação. Serviços de ouvidoria e órgãos responsáveis por atender as demandas de queixas, denúncias, reclamações e sugestões são apresentadas pelos Arquivos do Brasil, Chile, Costa Rica e República Dominicana. A Colômbia possui um Sistema exclusivo para as diligências de seus usuários, sendo possível acompanhar a situação de cada processo por meio da ferramenta e solicitar auxílio para a compreensão de questões arquivísticas.

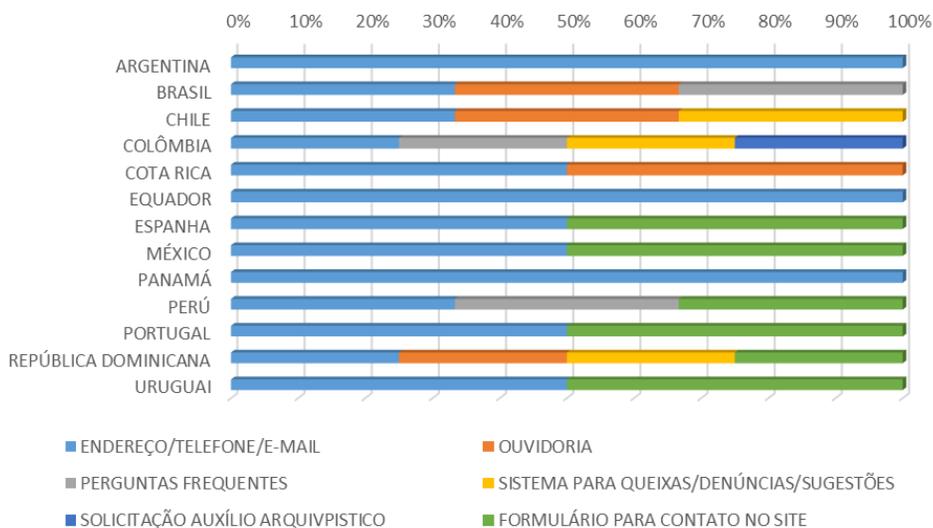
O Sistema de Portugal oferece: reservas de documentos, solicitação de certificados, canais interativos para obtenção de informações, entre outros. O Facebook foi apontado como um canal de comunicação. Existe uma área de Perguntas Frequentes nas instituições do Brasil, Colômbia e Peru. Há Formulários Online para contato na Espanha, México, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai.

Evidencia-se que a Costa Rica elabora relatórios anuais de Estudo de Usuários para o arquivo intermediário, notarial e histórico. Os anos de referência são 2010, 2015 e 2017 e demonstram que o motivo de maior procura do Arquivo foi para trabalho (anos de serviço em instituições públicas), seguido da pesquisa (temas notariais, investigações genealógicas), trâmite administrativo e uso acadêmico, tendo os dois últimos o mesmo volume de procura. Os usuários externos em 2017 eram formados pela comunidade em geral, com mais da metade do percentual; depois, estudantes, setor privado e pensionistas. Em 2015, entre os profissionais que mais procuraram os serviços da instituição, destacam-se os advogados, correspondentes à 58% dos usuários, os assistentes legais (9%) e os mensageiros (6%). No ano de 2010, 886 pessoas fizeram uso do arquivo histórico, em sua maioria estudantes, advogados e historiadores.

Menos do que a metade dos Arquivos (46%) apresentam informações sobre Estudos de Usuários/Pesquisa de Mercado;

77% fazem controle das visitas físicas e/ou virtuais e; 46% estabelecem meios para o feedback do atendimento. Seria importante que as informações sobre os usuários fossem divulgadas por todas as instituições arquivísticas, pois é com base nelas que podem ser elaboradas estratégias de divulgação, disseminação e atração de usuários, além de atendimento personalizado. Possuir setores exclusivos para tratar de assuntos pertinentes as demandas da comunidade também é de grande valia para o atendimento eficiente e eficaz dos usuários.

**Gráfico 1** – Canais de Comunicação em Arquivos Públicos Ibero-americanos



**Fonte:** elaborado pelas autoras.

### 6.3 Produtos/Serviços

Os arquivos possuem serviços que se configuram no atendimento das necessidades informacionais dos cidadãos, como microfilmagem, digitalização, certificação de documentos e transcrições paleográficas. As instituições desenvolvem ainda atividades inovadoras que auxiliam na promoção do patrimônio cultural arquivístico e inserção do

Arquivo Público como centro de referência em informação para a sociedade e o governo.

Além das funções técnicas, os produtos e serviços mais comumente oferecidos são: assessoria arquivística para instituições públicas e privadas, publicações técnicas e temáticas (artigos, manuais, etc.), exposições, cursos de capacitação, visitas guiadas, biblioteca especializada, revistas institucionais, promoção de eventos, espaços para reuniões/atividades e vendas de publicações.

Existem também, meios de divulgação e atração de novos usuários como: uma área com notícias atualizadas no website; redes sociais; publicações temáticas relacionando documentos custodiados com datas, eventos históricos e/ou culturais; boletins informativos; e-mail disparado para os usuários cadastrados receberem notificações e atualizações sobre as atividades da organização; alguns arquivos possuem programas de rádio com informações temáticas sobre a instituição, seu acervo e fatos históricos; calendário de eventos, exposições Itinerantes e catálogo de exposições.

Os parâmetros relacionados aos Produtos/Serviços dos arquivos de cidades inteligentes estão sendo atendidos, pois 100% dos arquivos apresentam oferta ampliada, iniciativas de promoção/difusão e instrumentos de busca, porém, em escala e variedade diferentes. O critério de atualização precisa ser verificado, pois apenas 23% dos arquivos demonstram realizar essa atividade rotineiramente. A oferta ampliada de produtos e serviços à população e a administração pública de acordo com as demandas identificadas é um diferencial de atuação que pode ajudar os arquivos a consolidarem-se como centros referenciais de informação, uma vez que seus usuários vislumbram a ampla possibilidade de produtos e serviços que podem obter naquela instituição.

As atividades focadas em grupos sociais distintos permitem que a população possa se ver representada em suas necessidades específicas, como é o caso das atividades

voltadas para o público infantil, portadores de necessidades especiais, mulheres, negros, entre outros. Para atender essas singularidades é preciso que a avaliação e atualização dos produtos e serviços seja feita de maneira periódica, pois as mudanças sociais são rápidas e precisam ser contempladas nas atuações dos arquivos públicos, que tem seu trabalho voltado para atender a comunidade. Os arquivos ibero-americanos, não apresentavam informações sobre essa conjectura em seus websites institucionais.

O investimento em divulgação do acervo e suas atuações pode ser impactante para a efetiva utilização dos produtos e serviços das instituições arquivísticas. Iniciativas como os programas de rádio, envio de e-mails personalizados, empréstimo de acervo para exposições itinerantes e demais iniciativas que possibilitem a proximidade entre os documentos, a informação e a realidade dos indivíduos fazem com que o papel social do arquivo seja melhor compreendido.

Em cidades inteligentes, os serviços públicos são construídos mediante a participação da comunidade, assim, a constante atualização dessas conveniências deve responder as demandas sociais, que variam de acordo com a situação economia e política de um território. A oferta ampla de recursos para a facilidade da vida urbana é uma das solicitações da população as governanças horizontais.

#### **6.4 Gestão Local/Pública**

Os Arquivos da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai não possuem parcerias com o governo. Apenas Chile, Espanha e Portugal promovem atividades efetivas em conjunto com a administração pública. No Chile, o *Cuenta Pública* (2017) apontou que o Ministério da Fazenda, em parceria com o Arquivo Nacional, desenvolveu um projeto-piloto intitulado “Piloto de gestão documental para o Estado”, cujo propósito foi gerar um modelo de transferência eletrônica para os

serviços públicos, permitindo um processo de transferência da documentação eletrônica do governo para o Arquivo. A subdireção geral dos arquivos espanhóis é um projeto do governo, sob a responsabilidade do Ministério da Cultura e Esporte.

Existem iniciativas voltadas para a assessoria, padronização e gestão da documentação pública em boa parte dos Arquivos Nacionais ibero-americanos. Em sua maioria, são projetos com originários das próprias instituições arquivísticas para auxiliar no tratamento e uso das informações, atendendo aos objetivos e missões de um arquivo público. São poucas as colaborações mútuas entre governo e arquivo para implantação de projetos. Este é um cenário que precisa ser repensado para a atuação em cidades inteligentes, pois para ser um centro referencial de informações os arquivos precisam trabalhar de forma conjunta com o Estado. Os projetos criados com relação à documentação pública atendem as necessidades de preservação do patrimônio e gestão documental eficiente, porém, é necessário investir em projetos que tenham como foco o valor estratégico da informação.

A categoria de Gestão Local/Pública possui características fundamentais para a atuação efetiva dos arquivos públicos em cidades inteligentes e apresentou dados pouco favoráveis. O fomento à pesquisa e as parcerias com o Estado acontecem em apenas 4 países (Chile, Colômbia, Espanha e Portugal) no total.

Eventos sobre desenvolvimento urbano e regional não foram encontrados nos arquivos nacionais, porém, os estudos de usuários demonstram que temáticas relacionadas à urbanização, geografia e história urbana estão entre as mais procuradas, sendo assim, existem documentos relacionados a este assunto nos acervos que poderiam ser utilizados para a promoção de reuniões, exposições, palestras e cursos sobre o tema. É preciso repensar esta situação para que os arquivos possam ser companheiros de atuação do Governo.

A teoria sobre cidades inteligentes revela que as instituições de pesquisa e informação devem elaborar parcerias diretas com a administração pública, para poder desenvolver projetos que beneficiem a prosperidade das regiões inteligentes, principalmente no que diz respeito à pesquisa, inovação e planos estratégicos.

## **6.5 Tecnologia**

Os arquivos que apresentam acesso virtual aos acervos o fazem de maneira parcial, nenhum deles disponibiliza os fundos e coleções completos. São eles: Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Peru, Portugal e República Dominicana. A maioria dos países mantêm os sites atualizados e preocupam-se em postar informações constantemente nas redes sociais: Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, México, Peru, Portugal e República Dominicana.

Alguns arquivos oferecem eventos voltados para a área tecnológica, pensando na atuação arquivística, na facilitação das atividades e no compartilhamento de informações. Esses eventos poderiam tomar uma proporção maior e contemplar as tecnologias relacionadas ao ambiente urbano e a gestão pública, abrangendo aspectos das cidades inteligentes. Os produtos e serviços online são um modo de facilitar a busca por informação dos usuários, assim, a atualização dos websites e disponibilização do acervo para visualização são iniciativas que fornecem autonomia para os pesquisadores.

O uso das TIC pelo Poder Público na estruturação e funcionamento de cidades inteligentes é uma das principais características dessas comunidades. Ademais, a tecnologia a serviço da promoção e disseminação de informações cruciais para o planejamento urbano também é um aspecto abordado na literatura. Os arquivos como centros referenciais de informação em cidades inteligentes devem atentar-se a esses quesitos para aprimorar a utilização de recursos tecnológicos nos procedimentos executados pela instituição.

Além das ações identificadas, entende-se que as instituições arquivísticas de regiões inteligentes podem ofertar seus espaços físicos e virtuais para a formação de grupos de discussão e pesquisa que debatam categorias relacionadas ao desenvolvimento urbano e regional, melhoria da qualidade de vida, aspectos tecnológicos, ambientais, dentre outras temáticas que contemplam o desenvolvimento das cidades.

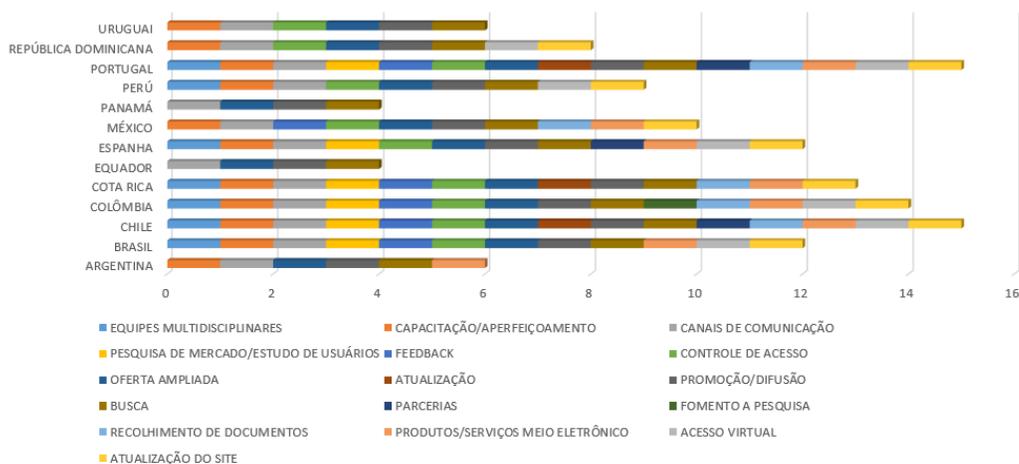
Observou-se a atuação com foco em atender as demandas da comunidade e do setor público, além da preocupação em preservar o patrimônio cultural e documental de suas nações e da ibero-america como um todo. Isso reforça a ideia de Arquivo como centro de referência em informação para o trabalho do Estado e os projetos relacionados as cidades inteligentes, pois o objetivo dos arquivos públicos é servir como fonte de provas, testemunho histórico e administrativo de sua nação.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Identificou-se no universo do estudo, ações realizadas pelas instituições arquivísticas de cidades inteligentes ibero-americanas que podem ter impacto na gestão pública dessas regiões. A área que precisa de maior atenção e investimentos é a relacionada com o Governo/Administração Pública, pois os arquivos precisam estabelecer parcerias efetivas que demonstrem o seu potencial informativo e estratégico.

Em cidades inteligentes, o governo local, universidades, empresas, cluster, pesquisadores e cidadãos reúnem-se para discutir ideias e programas de melhoria. As TIC são ferramentas importantes para potencializar o alcance dessas discussões e fundamentais para o desenvolvimento dessas localidades. Isto posto, o arquivo público precisa ter seu papel fundamentado nessa relação, pois ele pode ser a base informativa e documental para essa governança multidirecional e participativa.

## Gráfico 2 – Dimensões dos eixos de atuação dos Arquivos Públicos Ibero-americanos



**Fonte:** elaborado pelas autoras.

Faz-se necessário que a visão sobre os arquivos públicos seja revisitada, entendendo essas instituições como localidades que proporcionam subsídios para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Em alguns websites foi possível visualizar a ligação entre o arquivo e os portais de transparência pública. Provavelmente este fato tem conexão com as leis de acesso e disseminação da informação de cada país, que deve estabelecer as regras de divulgação do conteúdo. No futuro, seria importante a realização de uma pesquisa que comparasse essas leis e identificasse o impacto em seus arquivos públicos.

Nenhum dos diretores e funcionários entrevistados durante este trabalho soube identificar ações dos arquivos nacionais relacionadas à regiões inteligentes. Ademais, estudos sobre cidades inteligentes ainda são escassos no campo da Ciência da Informação carecendo de novas pesquisas que abordem esta temática e contribua para o profícuo diálogo entre tais áreas.

## REFERÊNCIAS

- ALBINO, V.; BERARDI, U.; DANGELICO, R. M. Smart cities: Definitions, dimensions, performance, and initiatives. **Journal of Urban Technology**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 3-21, 2015. Disponível em: [https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10630732.2014.942092?journalCode=c\\_jut20](https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10630732.2014.942092?journalCode=c_jut20). Acesso em: 16 jul. 2018.
- BARBOSA, A. C. O.; SILVA, H. R. K. da. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRETO, A. M. O fator humano e o desenvolvimento de competências nas unidades de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 166-177, 2005. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/342>. Acesso em: 04 out. 2018.
- BARROS, D. S.; AMÉLIA, D. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n1/04.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.
- BATISTA, C. L. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-05112010-110124/en.php>. Acesso em: 16 Jul. 2018.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- CALDAS, R. F. Bibliotecas, arquivos e museus como centros de referência na dimensão cultural das comunidades. **Informação e Sociedade**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 57-69, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/72651>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- CALDAS, R. F. **Unidades Culturais em Cidades Inteligentes**: Proposta de modelo de práticas organizacionais baseado em casos europeus. 2009. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sistemas

de Informação) - Escola de Engenharia, Universidade do Minho, 2009. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8858>. Acesso em: 22 maio 2017.

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. Smart cities in Europe. **Journal of urban technology**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 65-82, 2011. Disponível em: <http://web.a-ebscohost-com.ez87.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=79f517bc-4640-430b-9360-14c44b408f5d%40sessionmgr4009>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CHAN, J. K.-S.; ANDERSON, S. **Rethinking smart cities**: ICT for new-type urbanization and public participation at the city and community level in China. China: United Nations Development Programme China, 2015. Disponível em: [http://www.cn.undp.org/content/china/en/home/library/democratic\\_governance/Rethinking-Smart-Cities\\_ICT-for-New-type-Urbanization-and-Public-Participation-at-the-City-and-Community-Level-in-China.html](http://www.cn.undp.org/content/china/en/home/library/democratic_governance/Rethinking-Smart-Cities_ICT-for-New-type-Urbanization-and-Public-Participation-at-the-City-and-Community-Level-in-China.html). Acesso em: 11 out. 2018.

CHILE. Ministério de las Culturas, las Artes y el Patrimonio. Servicio Nacional del Patrimônio Documental. **Cuenta Pública 2017**. Chile: Ministério de las Culturas, las Artes y el Patrimonio, 2017. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gob.cl/614/articles-86293\\_archivo\\_01.pdf](http://www.patrimoniocultural.gob.cl/614/articles-86293_archivo_01.pdf). Acesso em: 03 abr. 2019.

DUARTE, F. Cidades inteligentes: inovação tecnológica no meio urbano. **Perspectivas**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 122-131, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392005000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000100011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 set. 2018.

ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. **Censo-guía de archivos da Españã e iberoamérica**. Ministerio de Cultura y Deporte, 2017. Disponível em: <http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/portada.htm>. Acesso em: 31 jul. 2017.

ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. **Programa Iberarquivos ADAI**: 20 Anos de cooperação arquivística ibero-americana. España: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2017. Disponível em: [http://dglab.gov.pt/wp-content/uploads/2017/12/PORTUGUES\\_Iberarchivos.pdf](http://dglab.gov.pt/wp-content/uploads/2017/12/PORTUGUES_Iberarchivos.pdf). Acesso em: 25 jul. 2018.

FERNANDES, R. G. L. **Cidades e Regiões do Conhecimento: do**

**Digital ao Inteligente:** Estratégias de desenvolvimento territorial: Portugal no contexto Europeu. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2007. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12399>. Acesso em: 04 jul. 2018.

GOMES, N. Portugal e o projecto da Comunidade Ibero-Americana de Nações. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO OBSERVARE, 1., 2011, Lisboa. **Anais** [...]. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2011. Disponível em: [https://observare.autonoma.pt/conference/images/stories/conference%20images%20pdf/S3/Nancy\\_Gomes.pdf](https://observare.autonoma.pt/conference/images/stories/conference%20images%20pdf/S3/Nancy_Gomes.pdf). Acesso em: 01 out. 2018.

GUEDES, R. M. O profissional da informação frente à lei de acesso à informação pública: condutas possíveis. **Biblos**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 59-72, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4593>. Acesso em: 06 set. 2021.

HERRERA, A. H. **Archivística general:** teoría y práctica. 5. ed. Sevilla: Disputación de Sevilla, 1991. Disponível em: <https://alexavidal.files.wordpress.com/2015/07/archivisticageneralteoriaypractica-antonia-heredia-herrera.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

IESE Business School. **Cities in Motion.** Universidade de Navarra, 2017. Disponível em: [http://www.iese.edu/research/pdfs/ST-0442-E.pdf?\\_ga=2.187573160.1408942804.1500403515-1886567999.1500403515](http://www.iese.edu/research/pdfs/ST-0442-E.pdf?_ga=2.187573160.1408942804.1500403515-1886567999.1500403515). Acesso em: 18 jul. 2017.

IESE Business School. **Cities in Motion.** Universidade de Navarra, 2018. Disponível em: <http://citiesinmotion.iese.edu/indicecim/>. Acesso em: 09 out. 2018.

JARDIM, J. M. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v27n3/27n3a01.pdf>. Acesso em: 04 out. De 2018.

JARDIM, J. M. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil.** Niterói: EDUFF, 1995.

KANTER, R. M.; LITOW, S. S. Informed and interconnected: a manifesto for smart cities. **Harvard Business School General Management Unit**, [s. l.], n. 9-141, p. 1-28, 2009. Disponível em:

[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1420236](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1420236).  
Acesso em: 08 jul. 2018.

KOMNINOS, N. **Intelligent cities**: innovation, knowledge systems, and digital spaces. New York: Taylor & Francis, 2002.

KOMNINOS, N. Intelligent cities: towards interactive and global innovation environments. **International Journal of Innovation and Regional Development**, [s. l.], v. 1, n. 4, p. 337-355, 2009. Disponível em: <http://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/IJIRD.2009.022726>. Acesso em: 29 maio 2017.

LE MOS, A. Cidades inteligentes. **GV executivo**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/%20view/20720/19454>. Acesso em: 06 set. 2021.

MACHADO, H. C.; ALMEIDA CAMARGO, A. M. **Como implantar arquivos públicos municipais**. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. 87p. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/PESQUISA/ebooks/343689.pdf>. Acesso em: 06 set. 2021.

MARINHO JUNIOR, I. B.; SILVA, J. G. Arquivos e Informação: uma parceria promissora. **Arquivos & Administração**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 15-32, 1998. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/11744>. Acesso em: 20 set. 2021.

MECHANT, P.; STEVENS, I.; EVENS, T.; VERDEGEM, P. E-deliberation 2.0 for smart cities: a critical assessment of two 'idea generation' cases. **International Journal of Electronic Governance**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 82-98, 2012. Disponível em: <https://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/IJEG.2012.04744>. Acesso em: 01 out. 2018.

OLIVEIRA, H. H. N.; CARVALHO, Z. V. Estratégias de desenvolvimento socioeconômico: ecossistemas de inovação para implantação de Smart Cities: estudo de casos nos Estados Unidos, China e Suécia. **Revista Gestão, Inovação e Tecnologias**, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 4074-4088, 2017. Disponível em: <http://www.revistageintec.net/index.php/revista/article/view/1249>. Acesso em: 06 set. 2021.

PALETTA, F. C.; VASCONCELOS, P. O.; GONÇALVES, Y. S. A biblioteca no contexto das cidades inteligentes. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 1-18, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index>.

php/pcb/ib/article/view/24848/0. Acesso em: 08 jul. 2017.

REDE BRASILEIRA DE CIDADES INTELIGENTES E HUMANA. **Brasil 2030: CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS**. Brasil: IBRA CHICS, 2016. Disponível em: <https://ibrachics.org.br/publicacoes>. Acesso em: 20 set. 2021.

REIS, L. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología, [s. l.]**, n. 24, p. 5, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2152131>. Acesso em: 14 out. 2018.

ROSSEAU, J; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SEGIB. **O sistema ibero-americano: a cooperação ao serviço da comunidade**. Espanha: Secretaria Geral Ibero-Americana, [2014]. Disponível em: <https://www.segib.org/wp-content/uploads/ELSISTEMAIBEROAMERICANO-PORT.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

SEGIB. **Plano ibero-americano para reconhecer, proteger e salvaguardar o património cultural**. Espanha: Secretaria Geral Ibero-Americana, 2016. Disponível em: [http://www.iberarchivos.org/wp-content/uploads/2017/03/Plan-Iberoamericano-Patrimonio\\_ES\\_PT.pdf](http://www.iberarchivos.org/wp-content/uploads/2017/03/Plan-Iberoamericano-Patrimonio_ES_PT.pdf). Acesso em: 25 jul. 2018.

SILVA, L. C. da. **Políticas Públicas de Arquivo: a gestão documental do arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. 2013. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECIC-9C2NQR/pol\\_ticas\\_p\\_blicas\\_de\\_arquivo\\_a\\_gest\\_o\\_documental\\_do\\_arquivo\\_p\\_blico\\_do\\_estado\\_do\\_esp\\_rito\\_santo.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECIC-9C2NQR/pol_ticas_p_blicas_de_arquivo_a_gest_o_documental_do_arquivo_p_blico_do_estado_do_esp_rito_santo.pdf?sequence=1). Acesso em: 14 out. 2018.

SOARES, A. P. A.; PINTO, A. L.; DA SILVA, A. M. O paradigma pós-custodial Na arquivística. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas, [s. l.]**, v.1, n.1, p. 22-39, 2015. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/996/905>. Acesso em: 06 set. 2021.

SOUZA, C. L. de. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes:** desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

STRAPAZZON, C. L. Convergência tecnológica nas políticas urbanas: pequenas e médias “cidades inteligentes”. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 22, n. 6, p. 89-108, 2009. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/104>. Acesso em: 06 set. 2021.

UN HABITAT. **Urbanization and Development Emerging Futures**. World Cities Report 2016. Nairobi, Kenya: United Nations Human Settlements Programme, 2016. Disponível em: <http://cdn.plataformaurbana.cl/wp-content/uploads/2016/06/wcr-full-report-2016.pdf>. Acesso em: 31 maio 2017.

VALETTE, J. J. **O papel dos arquivos na administração e na política de planificação nos países em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: Ministério da Justiça, 1973.

WHITE HOUSE. **Office of Science and Technology Policy**. Estados Unidos, 2018. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/ostp/>. Acesso em: 11 out. 2018.